

DECISÃO ADMINISTRATIVA

CONSIDERANDO o disposto no inciso XIV do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

CONSIDERANDO a análise jurídica constante do ETCM/015209/2021, acerca da permanência de função gratificada, prevista para os servidores efetivos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo nos termos § 5º do art. 20 da Lei Municipal nº 13.877/2004, em especial quanto à diferenciação desse instituto em relação ao da incorporação; à existência de farta jurisprudência no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo nesse sentido; e ao recente julgamento do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5441, mantendo entendimento consolidado no tocante à estabilidade financeira relacionada aos servidores públicos no âmbito das respectivas esferas federativas;

CONSIDERANDO ainda a impossibilidade de se utilizar da gratificação tornada permanente como base de cálculo para qualquer outra vantagem a que faça jus o servidor;

O **Tribunal de Contas do Município de São Paulo** decide **aprovar a manifestação jurídica** exarada no ETCM/015209/2021, de modo a manter o entendimento adotado em relação ao deferimento da permanência de função gratificada aos servidores que atendam a todos os requisitos objetivos legalmente estabelecidos quando do seu requerimento.

São Paulo, 07 de julho de 2022.

JOÃO ANTONIO Conselheiro Presidente
EDUARDO TUMA Conselheiro Vice-Presidente
ROBERTO BRAGUIM Conselheiro Corregedor
MAURICIO FARIA Conselheiro
DOMINGOS DISSEI Conselheiro

Publicada no DOC de 14/07/2022 p. 101